



RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL

Processo : TC-007201.989.20-9

Entidade : Prefeitura Municipal de Ibiúna

Assunto : Contas Anuais

Exercício : 2021

Prefeito : Sr. Paulo Kenji Sasaki

CPF nº : 122.549.228-90

Período : 01/01/2021 A 31/12/2021

Relatoria : Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

Instrução : UR - 9 / DSF – II

Senhor Diretor Técnico de Divisão da UR-09 - Sorocaba,

Trata-se das contas apresentadas em face do art. 2º, II, da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. Paulo Kenji Sasaki, responsável pelas contas em exame e atual Chefe do Poder Executivo (**Documento 1**).

Consignamos os dados e índices considerados relevantes para um diagnóstico inicial do município:

DESCRIÇÃO	FONTE (DATA DA CONSULTA)	DADOS	ANO DE REFERÊNCIA
POPULAÇÃO	IBGE (05/08/2022)	80.062 habitantes	2021
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	Sistema Audesp (05/08/2022)	R\$ 267.430.861,02	2021
RCL	Sistema Audesp (05/08/2022)	R\$ 254.811.633,73	2021



Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M):

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021
IEG-M	C	C	C
i-Planejamento	B	B	C
i-Fiscal	C+	C	C
i-Educ	C	C	C
i-Saúde	C	C	C
i-Amb	C	C	C
i-Cidade	C	C	C+
i-Gov-TI	C	C	C

Obs.: índices do exercício em exame após verificação/validação da Fiscalização.

A Prefeitura analisada obteve, nos três últimos exercícios apreciados, os seguintes **Pareceres** de suas contas:

Exercícios	Processos	Pareceres
2020	003218.989.20-0	Desfavorável com recomendações e determinação ¹
2019	004870.989.19-1	Desfavorável com recomendações e determinação ²
2018	004529.989.18-8	Desfavorável com determinações ³

A partir de tais premissas, a Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Eventuais ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (contratos e repasses) e da fiscalização ordenada;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Análise das eventuais denúncias, representações e expedientes diversos;

¹ Decisão com Trânsito em Julgado em 09/08/2022.

² Decisão com Trânsito em Julgado em 26/11/2021.

³ Decisão com Trânsito em Julgado em 15/12/2021.



6. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;

7. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste Tribunal de Contas;

8. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

Os resultados das fiscalizações apresentam-se nos relatórios quadrimestrais, bem como no presente relatório, antecédidos pelo citado planejamento que indicou a necessária extensão dos exames. Registre-se que as fiscalizações quadrimestrais foram efetuadas de forma remota, em virtude da pandemia no novo Coronavírus (Covid-19).

Destaque-se que os relatórios quadrimestrais estão juntados nos eventos nº 24.11 e nº 41.13 destes autos. Estes foram submetidos à Excelentíssima Relatoria, sendo dada ciência à Chefia do Poder Executivo, responsável pelas contas em exame, para conhecimento das ocorrências, sem a necessidade de apresentação de justificativas. Tal procedimento visou contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas.

Foi autuado o processo TC-001244.989.21-6, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia. Tal acompanhamento foi realizado com base em informações prestadas pela Origem, por meio de questionários mensais, e ações próprias da Fiscalização, considerando os princípios da amostragem, relevância e materialidade, cujas ocorrências são tratadas em itens próprios do presente relatório.

No caso, o presente município não decretou estado de calamidade pública/emergência.



PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO

A.1.1. CONTROLE INTERNO

O sistema de Controle Interno está regulamentado e produz relatórios periódicos.

No entanto, sua atuação carece de efetividade, haja vista as falhas e irregularidades apontadas ao longo deste relatório de fiscalização, envolvendo em especial o efetivo acompanhamento das políticas públicas implantadas.

Corroboram nossa assertiva as falhas apontadas nas diversas dimensões do IEG-M, consignadas no presente relatório.

A despeito da encimada falha, vislumbramos um acompanhamento dos atos e despesas relacionadas à pandemia da Covid-19.

Dessa forma, resta parcialmente descumprido o disposto no artigo 66 das Instruções TCESP nº 1/2020, comprometendo o pleno atendimento aos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, bem assim ao parágrafo único do artigo 54 e ao artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e ao parágrafo único do artigo 38 da Lei Orgânica desta Corte.

A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO – Índice C

Das respostas ofertadas pela Prefeitura, devidamente validadas pela Fiscalização, destacamos as seguintes, por denotarem a fragilidade da estrutura municipal no setor correspondente:

- Não houve a realização de audiências públicas no processo de elaboração e discussão das peças orçamentárias em 2021 como estabelece o artigo 48, § 1º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (questão nº 1 do I-Planejamento);
- Não houve estudo para elaboração/definição dos programas, ações, metas e indicadores do PPA, o que dificulta o atendimento do artigo 1º da LRF (questão nº 6 do I-Planejamento);
- Nem todos os indicadores do PPA eram mensuráveis e estavam



coerentes com as metas físico-financeiras estabelecidas (Questão nº 7.2 do I-Planejamento);

- Não havia estrutura administrativa voltada para o planejamento em 2021 (questão nº 14 do I-Planejamento);
- A Prefeitura Municipal não elaborou o Plano Diretor Municipal. Segundo dados do IBGE, o município se enquadra na obrigação de elaboração de aludido Plano (acima de 20 mil habitantes), conforme disposto no art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (questão nº 20 do I-Planejamento).

Tais lacunas acabam demonstrando a elaboração meramente formal das peças de planejamento, não refletindo, de forma prévia e estruturada, as reais necessidades de ações do Executivo local para correção dos problemas detectados na Urbe, impactando negativamente na execução finalística dos programas governamentais.

A esse respeito, conforme evidenciado no Relatório de Atividades (**Documento 3**), a falta de identificação clara das metas, bem como a grande disparidade entre as quantidades estimadas e realizadas dos indicadores não permitem a avaliação da eficácia e efetividade dos programas e ações governamentais, desrespeitando os princípios da transparência e do planejamento previstos no § 1º do artigo 1º c.c. § 3º do artigo 50, ambos da LRF.

Referidos desacertos impactam no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável **nºs. 16.6 e 16.7**, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, conforme abordado no item “H.1.” do presente relatório.

Ressaltamos a reincidência da situação em relação a exercício anterior (vide contas de 2020 – TC-003218.989.20-0 – Evento 51.41).

A.2.1. FISCALIZAÇÃO ORDENADA (OUVIDORIA)

No exercício em exame, foi realizada a seguinte Fiscalização Ordenada:



Fiscalização Ordenada nº	1, de 18 de março de 2021
Tema	Ouvidoria
TC e evento da juntada	TC-007218.989.21-8 - Eventos 12.1 e 12.2
Irregularidades remanescentes constatadas na última inspeção ⁴ :	<ul style="list-style-type: none">- A Ouvidoria não elaborou Relatório de Atividades (Gestão) do exercício de 2021, contendo a consolidação das manifestações encaminhadas pelos usuários de serviços públicos;- A Prefeitura não elaborou a "Carta de Serviços ao Usuário", que trata dos serviços prestados pelos seus órgãos e entidades, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, em desacordo com o artigo 7º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017;- A Prefeitura não regulamentou nem instituiu o Conselho de Usuários, nos termos definidos nos arts. 18 a 21 da Lei Federal nº 13.460/2017.

A.2.2. OBRAS PARALISADAS

Tendo em vista informações fornecidas pela Origem e também verificações efetuadas pela Fiscalização, há obras paralisadas no município, conforme segue (**Documento 4**)⁵:

OBRAS PARALISADAS					
TC	Valor inicial do Contrato (R\$)	Valor total pago (R\$)	Contratada	Data da paralisação	Descrição da obra
-	315.434,87	29.509,18	F Fortes Engenharia Eireli	23/4/2020	Pavimentação e drenagem – Bairro Lageadinho e Bairro Puris
-	554.892,69	-	Construtora e Incorporadora Construgeral Ltda.	18/11/2016	Construção de Unidade Básica de Saúde - Bairro Rosarial
-	426.940,21	33.914,07	F Fortes Engenharia Eireli	19/12/2020	Construção de Unidade Básica de Saúde – Bairro Tavares
-	505.401,09	-	HC Fernandes Construções Eireli	7/11/2020	Abrigos de ônibus

⁴ Questões nºs 17.4, 18 e 19 do I-Planejamento.

⁵ Segundo informações fornecidas pela Origem (**Documento 4**), as obras "Recomposição, recapeamento, drenagem, calçada e sinalização – Bairro Paruru", "Pavimentação, drenagem, calçada e sinalização viária – Bairro Capim Azedo", "Pavimentação, recapeamento, calçada, drenagem e sinalização viária na "Estrada Municipal da Cachoeira", "Recapeamento, calçada, drenagem e sinalização viária – Bairro Capim Azedo", não estão mais paralisadas, com algumas até concluídas.



OBRAS PARALISADAS					
TC	Valor inicial do Contrato (R\$)	Valor total pago (R\$)	Contratada	Data da paralisação	Descrição da obra
-	822.877,41	75.839,01	Baltimore Serviços e Reparos Residenciais e Empresariais Ltda.	12/8/2016	Reforma e ampliação do Posto de Saúde Central “Dr. Arcy Bandeira”
-	1.078.033,31	-	Obragen Engenharia e Construções Ltda.	16/12/2020	Pavimentação e drenagem – Bairro da Ressaca
001132.989.20-3	2.390.000,00	328.212,56	Corpav Transportes e Empreendimentos Eireli	15/2/2017	Reforma do Terminal Rodoviário

Disponível

em:

https://paineldeobras.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3AObra%3Apainel_obras.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero. Acesso em: 05 ago. 2022

Constatamos inobservância ao art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois muito embora a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 da comuna em apreço (Lei Municipal nº 2.277, de 1º de julho de 2020) determine a prioridade nos programas já em andamento (artigo 16 e Anexo VI da lei – **Eventos 24.6 e 24.7**)⁶, as obras supracitadas não foram retomadas, desde sua paralisação. Ademais, a Lei Orçamentária não traz dotação suficiente para conclusão dos serviços necessários.

No tocante às obras para construção de Unidades Básicas de Saúde nos Bairros Tavares e Rosarial, realizamos inspeção *in loco*, para verificação de seus estados de conservação. Conforme se evidencia abaixo, as construções encontram-se abandonadas, com sinais de infiltrações, vandalismo e ocupação irregular:

⁶ O Anexo 6 da LDO, por exemplo, traz entre seus programas de trabalho a “pavimentação de vias urbanas” e a “pavimentação de vias rurais” (Evento 24.7 – fls. 28).





Inspecionamos *in loco*, também, os abrigos de ônibus parcialmente construídos e com conclusão paralisada por ordem da Municipalidade, diante da existência de possíveis falhas na execução dos serviços (**Documento 4 – fls. 2**). Em nossa verificação, observamos diversas impropriedades, como ausência de rampa de acessibilidade, baixa qualidade dos materiais empregados e ausência de calhas e vedações nos telhados (relatório fotográfico abaixo), evidenciando falha na fiscalização e acompanhamento, por parte da Prefeitura, das obras contratadas:



Ausência de acessibilidade



Ausência de acessibilidade



Suporte de madeira do telhado com rachaduras, indicando baixa qualidade do material e de sua proteção (verniz)



Ausência de calha no telhado



Ausência de vedação no telhado, permitindo a entrada de água quando de precipitações

As ocorrências ora relatadas prejudicam a efetividade dos serviços e produtos públicos entregues ao cidadão, e evidenciam as deficiências no setor de Planejamento do Município, conforme relatado no item “A.2.” deste relatório.

Conforme calendário de obrigações do Sistema Audesp, a Prefeitura Municipal vem atualizando a este Tribunal as informações sobre Obras Paralisadas e/ou Atrasadas.

A.2.3. FISCALIZAÇÃO ORDENADA (OBRAS PARALISADAS)

No exercício em exame, foi realizada a seguinte Fiscalização Ordenada:

Fiscalização Ordenada nº	3, de 21 de outubro de 2021
Tema	Obras paralisadas
TC e evento da juntada	TC-007218.989.21-8 - Eventos 37.1 e 37.2
Irregularidade constatada na última inspeção:	Muito embora os serviços tenham sido retomados e a obra concluída (vide relatório fotográfico abaixo), verificamos falha na construção das guias da via pública, tendo em vista que as mesmas não foram rebaixadas pela extrusora quando de sua instalação (com o cimento ainda úmido), sendo tal operação realizada após a secagem do material, com marretas, resultando na péssima qualidade de acabamento.



Obra objeto de fiscalização ordenada concluída



Guias rebaixadas após sua secagem, de forma improvisada (com marreta)



Guias rebaixadas após sua secagem, de forma improvisada (com marreta)

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Face ao contido no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue:

Preliminarmente, informamos que o município não aderiu ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (Lei Complementar nº 178/2021).

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base nos dados gerados pelo Sistema Audesp, conforme abaixo apurado, o resultado da execução orçamentária da Prefeitura evidenciou *superávit*:



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 267.430.861,02	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 251.084.911,71	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 9.730.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ 3.243.937,84	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R\$ -	
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$ 9.859.887,15	3,69%

O resultado da execução orçamentária e dos investimentos, com base na despesa liquidada e nos Restos a Pagar Não Processados liquidados em cada exercício, apresentaram os seguintes percentuais:

Exercício	Resultado da execução orçamentária	Percentual do resultado da execução orçamentária	Percentual de investimento
2021	Superávit de	3,69%	7,46%
2020	Déficit de	11,31%	7,25%
2019	Déficit de	3,76% ⁷	3,72%
2018	Déficit de	5,54% ⁸	1,25%

B.1.1.1. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FISCAL

B.1.1.1.1. DOS PROGRAMAS/AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Segundo informações prestadas pela Origem, não houve a criação, aperfeiçoamento e/ou ampliação de programas/ações governamentais, destinados ao enfrentamento da Covid-19.

B.1.1.1.2. DAS RECEITAS

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

⁷ Índice apontado pela Fiscalização nos autos do TC-004870.989.19-1.

⁸ Índice apontado pela Fiscalização nos autos do TC-004529.989.18-8.



B.1.1.1.3. DAS DESPESAS

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, foi constatada a seguinte irregularidade:

- Realização de despesas do Ensino relacionadas com a pandemia (aquisição de totens de álcool gel e de jalecos para os profissionais da educação), no montante de R\$ 157.399,00, com recursos vinculados à Saúde, destinados a atendimentos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, em descumprimento ao parágrafo único do art. 8º da LRF (TC-001244.989.21-6 – Eventos 193.3/193.4).

B.1.1.1.4. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FISCAIS

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ (10.343.770,32)	R\$ (26.474.704,28)	60,93%
Econômico	R\$ 28.963.735,46	R\$ 106.063.769,07	-72,69%
Patrimonial	R\$ 263.195.799,32	R\$ 237.784.605,11	10,69%

Cabe destacar que os valores supra indicados, apurados pelo Sistema Audesp com base nos dados enviados pela Origem, podem não corresponder à realidade, tendo em vista as seguintes ocorrências:

- A Origem vem contabilizando desde 2020, em seu Ativo Financeiro (**Documento 2 – fls. 5**), créditos a curto prazo a título de “reembolso” de salário família e salário maternidade e “despesas a regularizar” (**Documento 5 – fls. 1 e 3**), no montante de R\$ 23.814.560,66.

Conforme informação fornecida pela Origem, referidos lançamentos nas contas contábeis 1138108, 1138109 e 1135199 não referem-se a fatos pendentes de recebimento no exercício em exame ou no seguinte (e portanto, com natureza de créditos no curto prazo), e serão excluídos do balanço (**Documento 6**).



- Registro contábil, no exercício em exame, de saldo existente na conta especial para pagamento de precatórios, no importe de R\$ 3.604.539,80 (**Documento 7**), muito embora a Municipalidade informe que não tem acesso ao saldo de tal conta judicial (**Documento 8**).

Dessa forma, tais valores foram indevidamente contabilizados no Ativo da Prefeitura. Assim, após nossos ajustes, o resultado financeiro em 31/12/2021 estaria negativo em R\$ 37.762.870,78, conforme abaixo apurado:

Resultado financeiro do exercício anterior	2020	-R\$ 26.474.704,28
Ajustes por Variações Ativas	2021	R\$ 6.271.046,81
Ajustes por Variações Passivas	2021	
Resultado Financeiro Retificado do exercício de	2020	-R\$ 20.203.657,47
Resultado Orçamentário do exercício de	2021	R\$ 9.859.887,15
Ajustes da Fiscalização	2020	-R\$ 27.419.100,46
Resultado Financeiro do exercício de	2021	-R\$ 37.762.870,78

As variações ativas do quadro retro referem-se a cancelamento de restos a pagar processados (R\$ 2.666.507,01) e ao saldo registrado na conta especial de pagamento de precatórios (R\$ 3.604.539,80), este último excluído nos ajustes da Fiscalização.

Haja vista esses números (ajustados pela Fiscalização), o *superávit* orçamentário do exercício em exame não foi suficiente para reverter o *déficit* financeiro vindo do exercício anterior.

Ressaltamos a reincidência da situação em relação a exercícios anteriores (vide contas de 2020, 2019, 2018 e 2017 – TC-003218.989.20-0 – Evento 51.41, TC-004870.989.19-1 – Evento 69.21, TC-004529.989.18-8 – Evento 105.20 e TC-006772.989.16-6 – Evento 80.31, respectivamente).

B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

PASSIVO FINANCEIRO-ANEXO 14 A	Saldo Final Exercício em exame	Saldo Final Exercício anterior	AH %
Restos a Pagar Processados/Não Processados em Liquidação e Não Processados a Pagar	R\$ 63.167.370,25	R\$ 56.003.298,43	12,79%
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 4.157.888,70	R\$ 603.997,45	588,40%
Outros			
Total	R\$ 67.325.258,95	R\$ 56.607.295,88	18,93%
Inclusões da Fiscalização			
Exclusões da Fiscalização			
Total Ajustado	R\$ 67.325.258,95	R\$ 56.607.295,88	18,93%



Considerando o resultado financeiro deficitário apurado, ajustado pela Fiscalização, verifica-se que a Prefeitura não possui recursos disponíveis para o total pagamento de suas dívidas de curto prazo, registradas no Passivo Financeiro.

Ademais, constatamos que o Índice de Liquidez Imediata é o seguinte:

Índice de Liquidez Imediata	Disponível	R\$ 29.559.498,48	0,47
	Passivo Circulante	R\$ 63.167.370,25	

Considerando o índice apurado, verifica-se que a Prefeitura **não** possui liquidez face aos compromissos de curto prazo, registrados no Passivo Circulante.

Ressaltamos a reincidência da situação em relação a exercícios anteriores (vide contas de 2020, 2019, 2018 e 2017 – TC-003218.989.20-0 – Evento 51.41, TC-004870.989.19-1 – Evento 69.21, TC-004529.989.18-8 – Evento 105.20 e TC-006772.989.16-6 – Evento 80.31, respectivamente).

B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

	Exercício em exame	Exercício anterior	AH%
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	3.524.453,20	5.782.488,70	-39,05%
Precatórios	20.197.958,35	3.457.662,40	484,15%
Parcelamento de Dívidas:	87.664.647,87	70.836.927,55	23,76%
De Tributos			
De Contribuições Sociais	67.550.688,39	60.043.919,01	12,50%
Previdenciárias	67.550.688,39	60.043.919,01	12,50%
Demais contribuições sociais			
Do FGTS	20.113.959,48	10.793.008,54	86,36%
Outras Dívidas	28.746.568,26	24.625.125,30	16,74%
Dívida Consolidada	140.133.627,68	104.702.203,95	33,84%
Ajustes da Fiscalização	10.787.229,76		
Dívida Consolidada Ajustada	150.920.857,44	104.702.203,95	44,14%



O ajuste da fiscalização (R\$ 10.787.229,76) efetuado refere-se à:

- Inclusão de R\$ 13.197.171,89 referente ao contrato de financiamento celebrado com a Caixa Econômica Federal através do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – Finisa, com valores transferidos em 2020 (R\$ 7.053.025,72 - **Documento 10 – fls. 36**) e 2021 (R\$ 6.144.146,17 – **Documento 10 – fls. 37**) e não registrados no passivo de longo prazo da Entidade;
- Exclusão de R\$ 2.409.942,13, visando equalizar o saldo de precatórios ao final do exercício registrado nas peças contábeis (R\$ 20.197.958,35) do apurado pela Fiscalização no item B.1.5.1. deste laudo (R\$ 17.788.016,22).

Tais ajustes evidenciam a falta de controle, por parte do Poder Executivo Municipal, acerca da dívida de longo prazo existente.

O aumento da dívida de longo prazo é resultante do aumento do saldo de precatórios, do financiamento supra indicado e de novo parcelamento de débitos previdenciários formalizado em 2021.

Ressaltamos a reincidência da situação em relação a exercício anterior (vide contas de 2020 – TC-003218.989.20-0 – Evento 51.41).

Os parcelamentos estão sendo tratados no item **B.1.6.1. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS** e no item **B.1.6.2. DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP)**, do relatório.

B.1.5. PASSIVO JUDICIAL

B.1.5.1. PRECATÓRIOS

De acordo com informações prestadas pela Origem e carreadas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o município está enquadrado no Regime Especial.

Os testes efetuados, na extensão considerada necessária, permitiram constatar que houve pagamento integral da dívida referente ao exercício analisado, tendo sido depositado o montante de R\$ 3.330.846,00 ao longo do período (**Documento 11 – fls. 2**).

Destaque-se que no exercício em exame houve ainda bloqueio judicial de R\$ 271.686,12 das contas da Municipalidade, referente à insuficiência nos depósitos relativos ao ano de 2020 (**Documento 11 – fls. 1**).



A propósito do assunto, destacamos a existência do TC-008287.989.21-4, referenciado ao presente processo, descrito no item H.2., subitem 1, do presente laudo, ao qual, com a rotineira licença, remetemo-nos.

Oportunamente, no que diz respeito a outros aspectos de interesse, relativos ao tema, verificamos que:

Verificações		
01	O TJSP atesta a suficiência dos depósitos de competência do exercício fiscalizado?	Sim ⁹
02	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida de precatórios?	Não
03	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, os saldos financeiros existentes nas contas bancárias junto ao(s) Tribunal(is)?	Não ¹⁰
04	Em caso de acordos diretos com os credores, houve regular pagamento no exercício em exame?	Prejudicado ¹¹

Consignamos, primeiramente, o descontrole contábil do estoque da dívida judicial, posto que o saldo inicial indicado no demonstrativo de dívida fundada era de apenas R\$ 3.457.662,40 (**Documento 9 – fls. 3**), muito inferior ao apurado pela Fiscalização nas Contas de 2020 (R\$ 11.361.005,28). Ademais, não há qualquer registro de pagamentos (coluna “resgate” – **Documento 9 – fls. 1/3**), prejudicando nossa análise a partir dos registros da Municipalidade.

Dessa forma, detalhamos a situação do controle do estoque da dívida judicial, de acordo com as informações obtidas pela Fiscalização durante a inspeção *in loco*:

REGISTRO CONTÁBIL DA DÍVIDA DE PRECATÓRIOS	
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior*	R\$ 11.361.005,28
Valor da atualização monetária ou inclusões efetuadas no exercício em exame**	R\$ 10.852.066,51
Valor cancelado	R\$ 1.769.448,28
Valor pago***	R\$ 2.655.607,29
Ajustes da Fiscalização	
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$ 17.788.016,22

* Valor apurado pela Fiscalização nas contas do exercício de 2020 (TC-003218.989.20-0 – Evento 51.41 – fls. 11).

** Valor formado pela soma da atualização monetária apurada pela Municipalidade (R\$ 1.074.316,45 - **Documento 13**) e dos Mapas de Precatórios devidos para 2022 (R\$ 9.777.750,06 – **Documento 14**).

*** Valor pago pelo Tribunal de Justiça aos Credores (**Documento 13**).

⁹ Documento 12.

¹⁰ Muito embora o balancete contábil registre um saldo de R\$ 3.604.539,80 (**Documento 7**), a Municipalidade informou que não tem acesso ao saldo de referida conta judicial (**Documento 8**).

¹¹ Não identificamos acordos firmados direto com os credores.



APURAÇÕES REFERENTES À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 109, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Considerando o valor dos depósitos referentes ao exercício em exame, o quadro a seguir procura demonstrar se nesse ritmo as dívidas com precatórios estariam liquidadas até o exercício de 2029, conforme Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021.

EC Nº 109/2021 : QUITAÇÃO DOS PRECATÓRIOS ATÉ	2029	
Saldo de precatórios até 31.12 de 2021		R\$ 17.788.016,22
Número de anos restantes até 2029		8
Valor anual necessário para quitação até 8		R\$ 2.223.502,03
Montante depositado referente ao exercício de 2021		R\$ 3.330.846,00
Nesse ritmo, valor suficiente para quitação em 2029		

B.1.5.2. REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA

Detalhamos o estoque dos requisitórios de baixa monta, de acordo com os registros contábeis e o informado pela Origem ao Sistema Audesp:

REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA	
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	R\$ 106.166,26
Valor da atualização monetária ou inclusão efetuadas no exercício em exame	R\$ 723.557,10
Valor cancelado	
Valor pago	R\$ 823.803,81
Ajustes efetuados pela Fiscalização	
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$ 5.919,55

Documento 15

Verificações		
01	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida advinda de requisitórios de baixa monta?	Não
02	Há registros eficientes no órgão para controle dos requisitórios de baixa monta?	Não
03	Houve pagamento de todos os requisitórios de baixa monta vencidos no exercício?	Sim ¹²

¹² O requisitório pendente de pagamento ao final do exercício tinha vencimento em janeiro de 2022.



Em análise ao balancete de encerramento da Prefeitura no Sistema Audep, não localizamos a contabilização das movimentações e do saldo da dívida de requisitórios de baixa monta.

Durante nossa inspeção *in loco*, foram apresentados controles mantidos pela Procuradoria do Município das ações e pagamentos judiciais, para validação do estoque de requisitórios vencidos no exercício. Contudo, observamos a ineficiência de tais registros, tendo em vista que dois ofícios requisitórios foram quitados após o seu vencimento (60 dias da emissão de notificação da Prefeitura – **Documento 16 – fls. 2, 7, 13, 19 e 21**).

B.1.5.3. PRECATÓRIOS A RECEBER

Verificamos a existência de precatórios em que a Prefeitura Municipal de Ibiúna figura como credora da Fazenda do Estado de São Paulo, conforme demonstrado a seguir:

Número e Ano da Execução de Precatório	Processo DEPRE
1280/1976	7001280-82.1976.8.26.0500
808/1978	7000808-13.1978.8.26.0500

No entanto, consoante informação ora prestada (**Documento 17**), a Prefeitura não teria recebido os créditos devidos.

Salientamos, dessa forma, por tratar-se de precatório antigo e com prazo constitucional de pagamento já vencido, a falta de controle do Executivo Municipal quanto à existência e eventual percepção dos referidos créditos.

B.1.6. ENCARGOS

Os recolhimentos apresentaram a seguinte posição:

Verificações		Guias apresentadas
1	INSS:	Sim
2	FGTS:	Sim
3	RPPS:	Prejudicado ¹³
4	PASEP:	Sim

¹³ O município não dispõe de Regime Próprio de Previdência Social.



De acordo com o exame efetuado, na extensão considerada necessária, constatamos irregularidades na gestão dos encargos incorridos no exercício, conforme segue:

- Ausência de recolhimento integral dos encargos previdenciários relativos ao mês de fevereiro/2021 (valor apurado: R\$ 1.938.737,12 – valor recolhido: R\$ 1.874.157,69 – **Documento 18**);
- Extemporaneidade no pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS das competências de janeiro e fevereiro de 2021, gerando despesas de mora (R\$ 50.335,88), em inobservância aos princípios da eficiência e da economicidade, nos termos consignados no *caput* dos artigos 37 e 70 da Constituição Federal (**Documento 19**).

Destacamos, em relação ao recolhimento ao FGTS devido em 2020 e não pago ao final daquele exercício, que os empenhos referentes não foram quitados em 2021, e nem foi formalizado qualquer acordo para parcelamento de tais débitos, perfazendo um importe de R\$ 6.190.466,99 devido pela Municipalidade (**Documento 20**).

B.1.6.1. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Demonstramos, abaixo, a situação dos parcelamentos/reparcelamentos de débitos previdenciários autorizados pela Lei nº 13.485, de 2 de outubro de 2017 e/ou pela Portaria MF nº 333, de 11 de julho de 2017:

➤ Perante o INSS:

Nº do acordo	Vir Total Parcelado	Qtde parcelas	Parcelas devidas no exercício	Parcelas pagas no exercício
641260245	R\$ 12.891.911,10	194	12	10

Documento 21 – fls. 1

Conforme relatório emitido pela Receita Federal do Brasil, as parcelas vencidas em janeiro e fevereiro do exercício em exame só foram pagas em 08/02/2022 (**Documento 21 – fls. 2**).

Diante disso, constatamos que, no exercício em exame, a Prefeitura **cumpriu parcialmente** o acordado.



Ademais, verificamos a existência de acordos de parcelamentos baseados em outras Leis e Portarias, conforme abaixo demonstrado:

➤ **Perante o INSS:**

Nº do acordo	Vir Total Parcelado	Qtde parcelas	Parcelas devidas no exercício	Parcelas pagas no exercício
620483229	R\$ 10.538.587,20	240	12	15 ¹⁴
632335920	R\$ 8.616.204,83	60	12	14 ¹⁵
632370270	R\$ 625.746,33	60	12	14 ¹⁶
638662745	R\$ 2.778.268,94	60	10 ¹⁷	10

Documento 21 – fls. 1

Do acima exposto, constatamos que, no exercício em exame, a Prefeitura cumpriu o acordado.

B.1.6.2. DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP)

A Prefeitura possui parcelamentos de FGTS (acordos nºs 2013001233, 2017017134, 2018008886, 2019008111 e 2020004162 – **Documento 21 – fls. 1**) e desembolsou R\$ 3.678.426,34 no exercício em exame com o pagamento de tais débitos (**Documento 23 – fls. 4**).

Contudo, os empenhos e pagamentos dos mencionados débitos não contam com identificação acerca do acordo correspondente, e a Municipalidade informa que não possui tal informação (**Documento 23 – fls. 1**), impossibilitando a aferição da regularidade no pagamento das parcelas de cada um deles.

Ressaltamos a reincidência da situação em relação a exercício anterior (vide contas de 2020 – TC-003218.989.20-0 – Evento 51.41).

Foi informada, ainda, a existência de parcelamento junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN (acordo nº 2385468), no valor inicial de R\$ 389.742,54 (**Documento 21 – fls. 1**), do qual não consta o encargo/tributo parcelado, e cujas parcelas foram devidamente quitadas em 2021 (**Documento 24**).

¹⁴ Ocorreram os pagamentos de três parcelas vencidas no exercício de 2020 (**Documento 21 – fls. 5/6**).

¹⁵ Ocorreram os pagamentos de duas parcelas vencidas no exercício de 2020 (**Documento 21 – fls. 7**).

¹⁶ Ocorreram os pagamentos de duas parcelas vencidas no exercício de 2020 (**Documento 21 – fls. 9**).

¹⁷ Parcelamento formalizado no exercício em exame (**Documento 22**).



B.1.7. DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS – LEI COMPLEMENTAR Nº 151/2015 E EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 94/2016 E Nº 99/2017

Não constatamos repasses de depósitos no exercício em exame. Contudo, verificamos a existência de saldo em conta (R\$ 1.383.509,75 – **Documento 25**), que mostra-se suficiente, ao final do exercício, para garantia dos depósitos judiciais.

B.1.8. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES

Os repasses à Câmara obedeceram ao limite do art. 29-A da Constituição Federal (4,18%).

B.1.9. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita Orçamentária – ARO.

B.1.9.1. DESPESA DE PESSOAL¹⁸

¹⁸ Considerando o valor ajustado pela Fiscalização ao final do encerramento de 2020 (TC-003218.989.20-0 – Evento 51.41 – fls. 19/20).



Período	Dez 2020	Abr 2021	Ago 2021	Dez 2021
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado	R\$ 120.254.122,09	R\$ 119.082.638,10	R\$ 113.390.732,67	R\$ 119.358.284,88
Inclusões da Fiscalização	R\$ 3.527.264,63			R\$ 1.286.366,55
Exclusões da Fiscalização				
Gastos Ajustados	R\$ 123.781.386,72	R\$ 119.082.638,10	R\$ 113.390.732,67	R\$ 120.644.651,43
Receita Corrente Líquida	R\$ 226.837.679,27	R\$ 238.041.643,54	R\$ 244.884.461,04	R\$ 254.811.633,73
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
RCL Ajustada	R\$ 226.837.679,27	R\$ 238.041.643,54	R\$ 244.884.461,04	R\$ 254.811.633,73
% Gasto Informado	53,01%	50,03%	46,30%	46,84%
% Gasto Ajustado	54,57%	50,03%	46,30%	47,35%

Os ajustes da Fiscalização são relativos a despesas de pessoal indevidamente registradas nos elementos concernentes a Serviços de Terceiros – Pessoas Física e Jurídica (**Documento 26**).

Tal montante (R\$ 1.286.366,55) foi escriturado nos subelementos 33903699 e 33903999, quando deveriam ter sido contabilizados nos subelementos vinculados ao grupo “31” (pessoal e encargos sociais).

Ressaltamos a reincidência da situação em relação a exercício anterior (vide contas de 2020 – TC-003218.989.20-0 – Evento 51.41).

B.1.10. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Eis o quadro de pessoal existente no final do exercício:

Natureza do cargo/emprego	Quant. Total de Vagas		Vagas Providas		Vagas Não Providas	
	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame
Efetivos	3.086	3426	1739	1679	1347	1747
Em comissão	316	487	201	279	115	208
Total	3402	3913	1940	1958	1462	1955
Temporários	Ex. anterior		Ex. em exame		Em 31.12 do	Ex. em exame
Nº de contratados	167		108		66	

Documento 27

No exercício examinado foram nomeados 158 servidores para cargos em comissão (**Documento 28**). Destes, 68, ocupantes de 44 cargos, que não possuem características de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, da



Constituição Federal), tendo em mira, em alguns casos, o grau de escolaridade exigido, bem como as suas correspondentes atribuições (ou ausência da sua definição), conforme adiante descrito:

- a) Ausência de previsão de atribuições e não exigência de nível de escolaridade compatível com o comissionamento:

Cargo	Atribuições Definidas	Principais Atribuições	Requisitos	Documento 29 (fls.)
Administrador de Ginásios Municipais	Não	Não há previsão	Nenhum	30
Administrador Regional	Não	Não há previsão	Nenhum	14
Assessor de Gabinete	Não	Não há previsão	Nenhum	02
Assessor Especial da Ouvidoria	Não	Não há previsão	Nenhum	18
Assessor Especial de Promoção Social	Não	Não há previsão	Nenhum	28
Assessor Especial do Programa Médico da Família	Não	Não há previsão	Nenhum	16
Assessor Especial do Serviço de Apoio Administrativo	Não	Não há previsão	Nenhum	39
Assessor Especial do Serviço de Atendimento ao Consumidor	Não	Não há previsão	Nenhum	39
Assessor Especial do Serviço de Educação ao Consumidor	Não	Não há previsão	Nenhum	39
Assessor Especial da Secretaria de Negócios Jurídicos	Não	Não há previsão	Primeiro grau completo	40
Assessor Técnico da Secretaria do Meio Ambiente	Não	Não há previsão	Nenhum	09
Assessor Técnico da Secretaria de Agricultura	Não	Não há previsão	Nenhum	04
Assessor Técnico da Secretaria de Controle de Arrecadação	Não	Não há previsão	Nenhum	05
Assessor Técnico da Secretaria de Cultura e Turismo	Não	Não há previsão	Nenhum	13
Assessor Técnico da Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Não	Não há previsão	Nenhum	06
Assessor Técnico da Secretaria de Esportes e Lazer	Não	Não há previsão	Nenhum	07
Assessor Técnico da Secretaria de Saúde	Não	Não há previsão	Nenhum	12
Assessor Técnico da Secretaria de Segurança Urbana	Não	Não há previsão	Nenhum	08
Assessor Técnico do Departamento de	Não	Não há previsão	Nenhum	36

Cargo	Atribuições Definidas	Principais Atribuições	Requisitos	Documento 29 (fls.)
Tributação				
Chefe de Departamento de Projetos Sociais na Área Ambiental	Não	Não há previsão	Nenhum	15
Chefe do Departamento de Atividades Esportivas do Centro Olímpico	Não	Não há previsão	Nenhum	07
Chefe do Departamento de Administração dos Ginásios Municipais	Não	Não há previsão	Nenhum	07
Chefe do Departamento de Fiscalização e Autuação	Não	Não há previsão	Nenhum	05
Chefe do Departamento de Manutenção e Apoio	Não	Não há previsão	Nenhum	14
Chefe do Departamento de Patrulhamento Agrícola	Não	Não há previsão	Nenhum	04
Chefe do Departamento de Protocolo e Arquivo	Não	Não há previsão	Nenhum	03
Chefe do Departamento de Convênios	Não	Não há previsão	Nenhum	28
Chefe do Departamento de Lazer	Não	Não há previsão	Nenhum	07
Chefe do Departamento de Transportes	Não	Não há previsão	Nenhum	06
Chefe do Departamento de Zoonoses	Não	Não há previsão	Nenhum	11
Coordenador de Atividades Esportivas	Não	Não há previsão	Nenhum	16
Coordenador do Departamento de Pronto-Socorro	Não	Não há previsão	Nenhum	11
Diretor Administrativo Hospitalar	Não	Não há previsão	Nenhum	11
Diretor da Divisão de Cultura	Não	Não há previsão	Nenhum	13
Diretor da Divisão de Fiscalização	Não	Não há previsão	Nenhum	05
Diretor da Divisão de Turismo	Não	Não há previsão	Nenhum	13
Diretor da Divisão de Vigilância Epidemiológica	Não	Não há previsão	Nenhum	11
Diretor da Divisão de Engenharia	Não	Não há previsão	Nenhum	10
Diretor do Posto de Atendimento ao Trabalhador	Não	Não há previsão	Nenhum	20
Motorista de Gabinete	Não	Não há previsão	Nenhum	02
Secretário da Junta Militar	Não	Não há previsão	Nenhum	03

b) Previsão de atribuições relativas a tarefas técnicas e não exigência de nível de escolaridade compatível com o comissionamento:



Cargo	Atribuições Definidas	Principais Atribuições	Requisitos	Documento 29 (fls.)
Coordenador de Vigilância Sanitária	Sim	Auxílio ao Diretor do Departamento; Organização de arquivos, envio e recebimento de documentos.	Ensino médio com conhecimento técnico na área	24

c) Previsão de atribuições de chefia, porém sem definição de requisitos para o provimento:

Cargo	Atribuições Definidas	Principais Atribuições	Requisitos	Documento 29 (fls.)
Diretor da Divisão de Compras	Sim	Planejamento, coordenação e chefia	Nenhum	32

d) Exigência de nível superior, porém com atribuições não definidas ou relativas a tarefas técnicas:

Cargo	Atribuições definidas	Principais Atribuições	Requisitos	Documento 29 (fls.)
Consultor Técnico de Gabinete	Sim	Desenvolver trabalhos técnicos, estudos e pesquisas	Nível superior	34

Os mencionados cargos foram criados por meio de legislação municipal¹⁹.

Entretanto, as atividades a serem exercidas (não descritas ou técnicas), bem como os requisitos para provimento (não fixados ou com exigência somente de primeiro grau ou ensino médio), evidenciam a ausência de responsabilidade extraordinária e necessidade de confiança, podendo ser prestadas por servidor efetivo da Municipalidade. Observando, de todo modo, a real necessidade de provimento de referido cargo no Executivo em tela.

Nesse sentido, reiterados pronunciamentos desta E. Corte de Contas²⁰ vêm indicando que os cargos em comissão devem ser utilizados em posições estratégicas e imprescindíveis para potencializar e elevar o nível da gestão pública. Sendo assim, o simples fato de constar na nomenclatura os termos “Chefe”, “Diretor” ou “Assessor” não legitima os cargos, que devem ter suas atribuições compatíveis com chefia, direção ou assessoramento, o que não verificamos nos casos em tela.

¹⁹ Leis Complementares nºs 10/2005, 15/2005, 21/2006, 52/2008, 53/2008, 75/2010, 80/2010, 83/2010, 111/2013, 129/2014, 145/2015 e 149/2016, e Leis Ordinárias nºs 703/2002, 1.079/2005 e 1.112/2005 (**Documento 29**).

²⁰ Consoante TC-004431.989.18-5, de relatoria da Excelentíssima Senhora Conselheira Cristiana de Castro Moraes; TC-004321.989.18-8, de relatoria do Excelentíssimo Senhor, então Substituto de Conselheiro, Auditor Samy Wurman e TC-004668.989.18-9, de relatoria do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Dimas Ramalho.



Ressaltamos a reincidência da situação em relação a exercícios anteriores (vide contas de 2020, 2018 e 2017 – TC-003218.989.20-0 – Evento 51.41, TC-004529.989.18-8 – Evento 105.20 e TC-006772.989.16-6 – Evento 80.31, respectivamente).

Destaque-se que referidos cargos foram objetos de questionamento pelo D. Ministério Público do Estado de São Paulo na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2252789-60.2020.8.26.0000, com procedência parcial do pedido (**Documento 30**).

Diante disso, a Municipalidade, em 2022, editou a Lei Complementar nº 200, de 28 de março de 2022, reestruturando as carreiras da Prefeitura Municipal (**Documento 31**).

Salientamos, por fim, a pendência de envio de informações ao Sistema Audeps – fase 3, em desatendimento ao Comunicado GP nº 21/2016 (**Documento 32**). Referida ausência, tal qual as demais anteriormente citadas, são reincidentes a exercícios anteriores.

B.1.10.1. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

A Fiscalização analisou por amostragem as contratações de pessoal por tempo determinado efetuadas no exercício quanto aos aspectos legais, formais e princípios gerais da administração pública, não detectando ocorrências dignas de nota.

B.1.11. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

CARGOS	SECRETÁRIOS	VICE-PREFEITO	PREFEITO
Valor subsídio inicial fixado para o mandato (Lei Municipal nº 1.809, de 20 de agosto de 2012)*	R\$ 6.030,00	R\$ 10.021,00	R\$ 20.042,00
(+) 2,9% = RGA 2018 em janeiro/2018 – Lei Municipal nº 2.171, de 15 de dezembro de 2017**	R\$ 7.713,13	R\$ 12.818,11	R\$ 25.636,22

* Exercício da última fixação de subsídio aos agentes políticos, tendo em vista a rejeição do Projeto de Lei nº 396/2016, que fixava o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretariado para o período de 2017/2020.

** Efetivada sobre R\$ 7.495,75 (Secretários), R\$ 12.456,86 (Vice-Prefeito) e R\$ 24.913,72 (Prefeito).



Verificações		
01	A fixação decorre de lei de iniciativa da Câmara dos Vereadores, em consonância com o art. 29, V, da Constituição Federal?	Sim
02	A fixação é anterior à vedação imposta pelo art. 8º, I, da Lei Complementar nº 173/2020?	Sim
03	Houve efeitos financeiros decorrentes de nova fixação no exercício de 2021?	Prejudicado
04	Foi concedida RGA no exercício de 2021?	Não*
05	A revisão remuneratória se compatibiliza com a inflação dos 12 meses anteriores?	Prejudicado
06	A RGA se deu no mesmo índice e na mesma data dos servidores do Executivo?	Prejudicado
07	Foram apresentadas as declarações de bens nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992?	Sim
08	As situações de acúmulos de cargos/funções dos agentes políticos, sob amostragem, estavam regulares?	Prejudicado**

* Não houve Revisão Geral Anual em 2021. Referida ausência atende às vedações impostas pela Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020. Não deriva de decisão judicial.

** Não constatamos casos da espécie.

Conforme nossos cálculos, não foram constatados pagamentos maiores que os fixados.

B.1.12. ASPECTOS DAS DEMAIS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA NA GESTÃO LOCAL

Em sua estrutura administrativa o Município não possui entidades da administração indireta.

B.2. IEG-M – I-FISCAL – Índice C

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M, conforme a seguir:

- Não houve segregação de funções entre os setores de lançadoria, arrecadação, fiscalização e contabilidade (questão nº 1.3 do I-Fiscal);
- O servidor responsável pela contabilidade da Prefeitura Municipal não era ocupante de cargo de provimento efetivo (questão nº 2 do I-Fiscal);
- Não houve revisão periódica e geral do Cadastro Imobiliário, fato que pode comprometer a arrecadação e a justiça tributária (questão nº 4 do I-Fiscal);
- Nem todas as ações judiciais em que é parte no polo passivo foram controladas pela Prefeitura Municipal (questões nºs 17, 17.1 e 17.2 do I-Fiscal).



Referidos desacertos impactam o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16.6, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, conforme abordado no item “H.1.” do presente relatório.

B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

B.3.1. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

B.3.2. RENÚNCIA DE RECEITAS

No Município de Ibiúna, a Lei Municipal nº 583, de 13 de dezembro de 2000, regulamenta o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU. Nos termos dos artigos 41 e 46 de referida norma (**Documento 33 – fls. 9/10**) o cálculo do tributo leva em conta a topografia do terreno, com aplicação de redutores (**Documento 33 – fls. 18**) em alguns casos.

Contudo, referida norma não apresenta critérios objetivos para aplicação dos conceitos de “active”, “declive”, “abaixo do nível da rua” e “acima do nível da rua”, não havendo indicador mínimo ou máximo (inclinação do terreno) aceito para tais enquadramentos. Tal omissão permite a subjetividade da análise pelos servidores da Municipalidade da concessão ou não de tal renúncia parcial da receita.

Solicitamos durante nossa inspeção *in loco*, por amostragem, processos de pedido de revisão dos valores do tributo com base em tal normativo. Conforme exemplos encartados nos autos (**Documentos 34/36**), houve redução do valor venal de diversos imóveis após simples manifestação de Fiscal Municipal, sem qualquer elaboração de trabalho técnico demonstrando objetivamente a existência (ou não) de “declive” nos terrenos e edificações.

Destacamos, ademais, a inexistência de manifestação em referidos processos do Topógrafo da Prefeitura (**cargo provido – Documento 27 – fls. 7**) ou da Procuradoria Municipal, ampliando, ainda mais, a subjetividade nas concessões realizadas.



B.3.3. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Da análise dos restos a pagar processados ao final do exercício de 2021, observamos a existência de diversos empenhos liquidados nos exercícios de 2019 e 2020, com notas fiscais lançadas no sistema contábil mas ainda sem pagamento (**Documentos 37/38**). Citadas pendências indicam o descumprimento à cronologia das exigibilidades, consoante art. 5º, *caput*, da Lei nº 8.666/1993. Corroborar tal descumprimento o relatório da ordem cronológica de pagamentos da Origem (**Documento 39**) com **134** páginas de ocorrências de quebras da cronologia das exigibilidades.

PERSPECTIVA C: ENSINO

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

Quanto à aplicação de recursos ao final do exercício em exame, conforme informado ao Sistema Audep e apurado pela Fiscalização, os resultados assim se apresentaram:

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	27,46%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	26,58%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	18,09%

FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	100,00%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	100,00%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	91,09%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	71,36%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	71,36%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	64,42%

Conforme acima exposto, a despesa educacional empenhada e liquidada cumpriu o art. 212 da Constituição Federal. Os Restos a Pagar, para atingimento do mínimo constitucional, foram quitados até 31/01/2022.



Ainda, houve utilização de todo o Fundeb recebido, inclusive pagamentos dos Restos a Pagar, observando-se o art. 25 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Demais disso, verificamos que houve aplicação não inferior ao mínimo de 70% do Fundeb na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício (após considerada a parcela diferida), dando cumprimento ao art. 212-A, XI, da Constituição Federal e ao art. 26 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

C.1.1. APLICAÇÃO NO FUNDEB

Verificações		
01	As despesas do Fundeb foram executadas exclusivamente na conta bancária vinculada (Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal), sem transferências para outras contas, nos termos do artigo 21 da Lei nº 14.113/2020?	Sim
01.1	A conta corrente única e específica vinculada ao Fundeb é de titularidade do órgão responsável pela educação , nos termos do art. 69, § 5º, da Lei nº 9.394/1994 c/c art. 21, § 7º, da Lei nº 14.113/2020?	Sim
02	Para compor os 70% com profissionais da educação básica, o Município concedeu abono/14º salário/etc. ao final do exercício?	Não
02.1	A concessão de abono foi embasada em lei específica e critérios para a concessão?	Prejudicado
03	A folha de pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, paga com os 70% do Fundeb, ateu-se a professores e trabalhadores com diploma em pedagogia em funções de administração, planejamento, supervisão, inspeção, orientação educacional e psicólogos/assistentes sociais participantes obrigatoriamente de equipe multiprofissional ?	Sim

C.1.2. APLICAÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO VAAT NO FUNDEB

O município não recebeu complementação no exercício em exame.

C.1.3. DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE O ENSINO

A Fiscalização não identificou valores despendidos com inativos da educação básica incluídos nos mínimos constitucionais do Ensino.

Com base nos dados informados ao IEG-M (questão nº 1.13 do I-Educação), constatamos demanda não atendida no seguinte nível (**Documento 40 – fls. 3**):



NÍVEL	DEMANDA POR VAGAS	OFERTA DE VAGAS	RESULTADO
Ens. Infantil (Creche)	1.311,00	1.115,00	-14,95%

A Municipalidade vem adotando medidas para tentar reduzir o *déficit* de vagas de Creche existente ao final de 2021, tais como construção de novas unidades²¹.

O município descumpriu o piso nacional mínimo do magistério público da educação básica para o exercício de 2021, definido com base na Lei nº 11.738/08, eis que o piso municipal foi de R\$ 2.114,80 (professores de creches e pré-escolas) e R\$ 2.394,21 (professores do ensino fundamental)²², para 40 horas semanais, enquanto o piso nacional foi de R\$ 2.886,24 (dois mil oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos).

Conforme informado pela Origem, não houve implementação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar²³, nos termos da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019 e da redação original do art. 26, parágrafo único, II, da Lei nº 14.113/2020, atual art. 26-A com a redação dada pela Lei nº 14.276, de 27/12/2021 (**Documento 40 – fls. 1**).

C.2. IEG-M – I-EDUC – Índice C

Observamos que a nota da Origem no Índice de Efetividade da Gestão Municipal – Educação vem mantendo-se no pior indicador (C) nos últimos três exercícios.

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M, conforme a seguir:

- Nenhum estabelecimento de Creche possuía sala de aleitamento materno e local para acondicionamento do mesmo, contrariando o estabelecido nos itens 2.29 e 9.2.3 da Portaria nº 321 do Ministério da Saúde, de 26 de maio de 1988, o art. 9º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e o art. 1º

²¹ <https://ibiuna.sp.gov.br/2022/04/14/diversas-obras-estao-em-andamento-em-varios-bairros-da-cidade/>

²² Vide questões nºs 1.5, 2.4 e 3.2 do I-Educ.

²³ A Origem informa a existência apenas de psicopedagogas na rede de ensino, não existindo, portanto, as equipes multiprofissionais exigidas pela Lei (compostas por psicólogos e assistentes sociais).



da Lei Estadual nº 16.047, de 4 de dezembro de 2015 (questão nº 1.1 do I-Educ);

- Nem todos os estabelecimentos de Creche e Pré-Escola possuíam Pátio Infantil, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 8, de 05 de maio de 2010, que estipula em seus artigos 4.3.1. e 4.3.2, a estrutura e características do prédio para abrigar uma Creche e uma Pré-Escola, incluindo o parque infantil (questões nºs E 1.2 e E 2.1 do I-Educ);
- A Prefeitura Municipal informou que há alunos de Creche que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, mas não houve Atendimento Pedagógico Especializado (APE) na Rede Municipal de Ensino. Assunto abordado no inciso III do artigo 54 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (questão nº E 1.13.1 do I-Educ);
- Nenhum estabelecimento do Ensino Fundamental possuía laboratório de informática, contrariando o Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE nº 08/10, assunto também abordado na estratégia 6.3 e 7.15 da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (questões nºs E3.4 e E3.5 do I-Educ);
- Nem todas as escolas estavam adaptadas para receber crianças com deficiência, em desacordo com o art. 227 da Constituição Federal e o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (questão nº E5 do I-Educ);
- Nenhum estabelecimento de ensino da rede pública municipal possuía Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB vigente no ano de 2021, conforme estipula o Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018 (questão nº 5 do I-Educ);
- Havia unidades de ensino que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.) em dezembro de 2021 (questão nº 5 do I-Educ).

Com base nos dados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M, obtido através de informações prestadas pelo próprio Município e verificado através de validação das informações pela Fiscalização, constatamos desatendimentos que impactam o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável **nºs. 4.1, 4.2, 4.a e 4.c**, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, conforme abordado no item “H.1.” do presente relatório.



C.2.1. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M) - FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL

O acompanhamento das políticas públicas, inserido no contexto da fiscalização operacional, consiste em uma das vertentes de atuação deste Tribunal, que encontra respaldo nas disposições dos artigos 32 e 33 da Constituição do Estado.

Em relação à aplicação no Ensino, referente ao exercício de 2021, a Fiscalização teve por objeto e órgão envolvido os seguintes:

Órgão	Objeto da fiscalização	
Secretaria Municipal da Educação	Análise da Efetividade dos Programas de Ensino	Educação Fundamental - Formação, vínculo e capacitação dos profissionais; - Instalações e recursos pedagógicos. Programa 1027 – Construção e Reformas de Escolas do Ensino Fundamental Programa 2003 – Ensino Fundamental - Manutenção

A fiscalização objetivou apurar a efetividade dos programas relativos ao Ensino, especificamente nas seguintes Escolas Municipais (EM):

Relação de Unidades Visitadas
EM Benedito Luiz Braga
EM Maria Aparecida Gabriel Cardoso

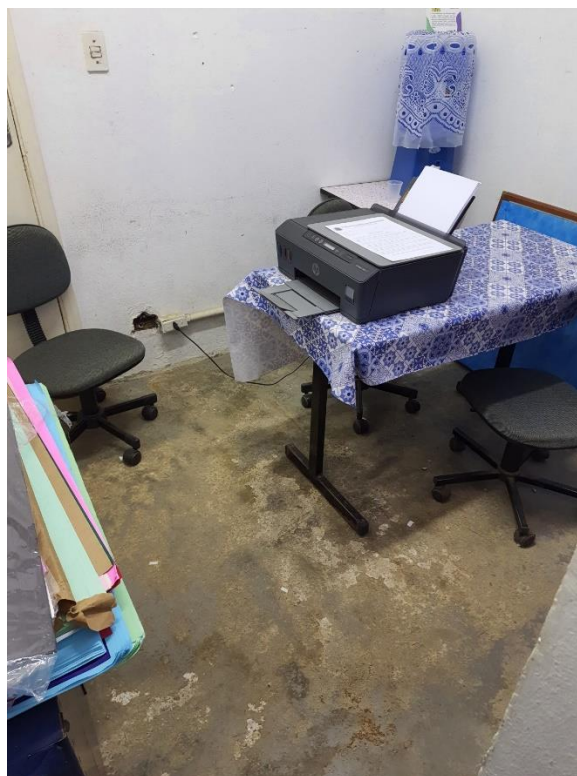
Realizamos visita *in loco*, visando averiguar as condições essenciais para que eventuais desvios fossem plenamente esclarecidos – tais como: as instalações e os recursos pedagógicos disponibilizados, dentre outros fatores.

O objeto abordado nesta fiscalização corresponde aos Programas Orçamentários 1027 e 2003.

A respeito das instalações físicas das referidas unidades escolares, anotamos as seguintes ocorrências:

- Salas sem instalação de piso;
- Paredes com infiltrações e em mau estado de conservação;
- Portas, piso e equipamentos em péssimo estado de conservação.

As ocorrências envolvendo as questões/tópicos retro indicados encontram-se exemplificadas no relatório fotográfico a seguir:



Secretaria da Escola sem piso instalado (está no contrapiso)



Porta em péssimo estado de conservação



Parede com infiltrações



Parede com infiltrações



Parede em mau estado de conservação



Quadra da unidade escolar sem uso, diante do desnivelamento do piso



Tabela de basquete em péssimo estado de conservação



PERSPECTIVA D: SAÚDE

D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados, cumprindo a referida determinação constitucional/legal:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	33,65%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	33,50%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	31,79%

Tendo em vista que foi liquidado e pago montante acima de 15% da receita de impostos, atendendo ao piso constitucional, deixamos de efetuar o acompanhamento previsto no art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

D.1.1. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 - SAÚDE

D.1.1.1. INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

Para evidenciar a situação da pandemia no município, consoante informado pelo Poder Executivo municipal, segue a estatística acumulada até o mês de dezembro do exercício em análise:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Número de exames coletados para a Covid-19	12.271
Número de casos em análise da Covid-19	0
Número de casos descartados da Covid-19	7.576
Número de casos confirmados da Covid-19	4.493
Número de casos recuperados da Covid-19	4.322
Número de óbitos confirmados de Covid-19	168
Número de óbitos suspeitos de Covid-19	0
Número de óbitos descartados de Covid-19	0
DESCRIÇÃO	ESPECIFICAR
Houve demanda reprimida de leitos de enfermaria em 2021?	NÃO
Houve demanda reprimida de leitos de UTI em 2021?	NÃO



D.1.1.2. MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO

No contexto da pandemia, constatou-se o seguinte:

DESCRIÇÃO	SIM / NÃO / PREJUDICADO
Providenciou a formação de equipe multidisciplinar ou comitê de crise para avaliações, deliberações e acompanhamento do planejamento e das ações de enfrentamento à Covid-19?	Sim
Houve participação do Conselho Municipal de Saúde na citada equipe multidisciplinar ou comitê de crise?	Sim
A Administração realizou divulgação à população das medidas sanitárias sobre o enfrentamento à Covid-19?	Sim
Foi elaborado plano municipal de enfrentamento à Covid-19?	Sim
Foram criados instrumentos (planilhas e/ou aplicativos) para o acompanhamento da involução ou evolução das demandas relacionadas às ações de enfrentamento à Covid-19?	Sim

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

D.1.1.3. HOSPITAIS DE CAMPANHA

O município não implantou hospital de campanha no exercício em exame²⁴.

D.1.1.4. EQUIPAMENTOS RECEBIDOS

A Origem informou, e a Fiscalização constatou, que o município recebeu equipamentos médico-cirúrgicos para enfrentamento à pandemia da Covid-19, cuja análise, sob amostragem, não indicou irregularidades.

D.1.1.5. DAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES (COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS)

Quanto às aquisições e contratações, sob amostragem, constatamos a seguinte ocorrência:

²⁴ O Hospital de Campanha montado em 2020 foi desmobilizado em 01/10/2020.



- Realização de compra direta, no valor de R\$ 40.390,00, visando a aquisição de 2000 testes rápidos de Covid-19 IGG/IGM (TC-001244.989.21-6 – Evento 39.4): constatamos a precariedade da pesquisa de preços realizada pela Origem, contemplando apenas consulta a sítios na *internet*, os quais, por realizarem vendas ao consumidor final (varejo - caixas com 20 a 40 testes), não correspondem ao preço de mercado para a aquisição intentada (2000 testes). Ademais, verificamos discrepância entre o preço unitário pago (R\$ 20,195) e os praticados em outras contratações de municípios da região²⁵, em oposição ao princípio constitucional da economicidade e ao disposto no *caput* do artigo 3º e ainda ao inciso III do § único do artigo 26, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Informamos, ainda, a autuação do seguinte processo para específico tratamento de aquisição efetuada em virtude da Pandemia:

Contratada	Material Med Produtos Médicos Hospitalares Ltda.	
Objeto	Fornecimento de medicamentos específicos para pacientes internados em decorrência da Covid-19	
Fonte de Recursos	Federal	
Relator	Conselheiro Antonio Roque Citadini	
Processo nº	TC-016742.989.21-3	Contrato nº 30/2021, de 28/05/2021
Conclusão da Fiscalização	Irregularidade	
Processo nº	TC-017712.989.21-9	Acompanhamento da Execução
Datas do acompanhamento	30/09/2021	
Última conclusão da Fiscalização	Irregularidade	
Outras observações	Falta de adequada caracterização do objeto do contrato; não comprovação da compatibilidade do preço com o de mercado; impossibilidade de verificação do cumprimento do objeto contratual por conta do deficiente orçamento.	
Decisão	Em trâmite	
Publicação DOE	Prejudicado	
Trânsito em julgado	Prejudicado	

A Origem informou, e a Fiscalização constatou o seguinte:

Descrição	Sim / Não / Prejudicado
A Prefeitura realizou dispensas de licitação fundamentadas no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993, para enfrentamento da Covid-19?	Sim
A Prefeitura realizou dispensas de licitação com fundamento na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, ou Lei nº 14.217, de 13 de outubro de 2021, para enfrentamento da Covid-19?	Não
A Prefeitura realizou contratação a partir da adesão a registro de preços promovido por outro ente federativo (carona), para enfrentamento da Covid-19?	Não

²⁵ R\$ 7,90 e R\$ 6,99 – vide TC-001244.989.21-6 – Evento 39.5.



D.1.2. REPASSES A ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR

D.1.2.1. DOS REPASSES EFETUADOS

Informamos que o município efetuou repasses às entidades do terceiro setor para enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19.

Quanto aos repasses efetuados, sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota.

D.2. IEG-M – I-SAÚDE – Índice C

Observamos que a nota da Origem no Índice de Efetividade da Gestão Municipal – Saúde vem mantendo-se no pior indicador (C) nos últimos três exercícios.

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M, conforme a seguir:

- Nenhuma unidade de saúde do município possuía AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros ou CLCB (Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros), contrariando o Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018 e a Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 (questão nº 13 do I-Saúde);
- Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuíam alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária²⁶, contrariando Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 (questão nº 13 do I-Saúde);
- Todas as unidades de saúde necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados etc.) em dezembro de 2021 (questão nº 13 do I-Saúde);
- O Município não possuía Plano de Carreira, Cargos e Salários específico elaborado e implantado para seus profissionais de saúde (questão nº 14 do I-Saúde);
- Não havia CAPS AD no município, que possui mais de 70 mil habitantes, segundo dados do IBGE. Nesse caso, não houve adequação do município a

²⁶ Apenas três estabelecimentos (de um total de 27) possuíam o alvará.



recomendação prevista no inciso IV, § 4º, artigo 7º do Anexo V da Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 03, de 28 de setembro de 2017 (questão nº 24.5.2 do I-Saúde).

Destaque-se, ainda, que o Município possuía onze equipes de Estratégia de Saúde da Família – ESF em atividade, e pleiteia, atualmente, perante o Ministério da Saúde a implantação de mais catorze (na modalidade de Equipe de Atenção Primária – EAP), para cobertura de toda a população local (**Documento 41**).

A propósito do assunto, destacamos a existência do TC-022677.989.21-2, referenciado ao presente processo, descrito no item H.2., subitem 2, do presente laudo, ao qual, com a rotineira licença, remetemo-nos.

Com base nos dados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M, obtido através de informações prestadas pelo próprio Município e verificado através de validação das informações pela Fiscalização, constatamos desatendimentos que impactam o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nºs. 3.8 e 3.c, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, conforme abordado no item “H.1.” do presente relatório.

D.2.1. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA SAÚDE (i-Saúde/IEG-M) - FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL

D.2.1.1. FISCALIZAÇÃO REMOTA DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE – HOSPITAL MUNICIPAL

A fiscalização objetivou apurar a efetividade dos programas relativos à Saúde, especificamente nas Unidades de Saúde geridas pelo próprio Executivo local.

Para tanto, na visita remota realizada, verificamos se as condições essenciais para que isso ocorresse estavam plenamente satisfeitas – tais como: as instalações, os equipamentos e o controle de presença dos profissionais da área (especialmente médicos), dentre outros fatores.

Ressaltamos que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi efetivada remotamente em 16/07/2021, (**Evento 24.11**), conforme previsão da então vigente Ordem de Serviço SDG nº 2/2021, por meio de todas as



ferramentas e sistemas disponíveis, com destaque para a utilização do aplicativo *Microsoft Teams*, disponibilizado por esta E. Corte de Contas.

Foi selecionada a seguinte unidade para o acompanhamento:

Unidade Visitada
Hospital Municipal de Ibiúna

A respeito das instalações físicas do Hospital, anotamos, de forma geral, a ausência de manutenção do edifício, merecendo destaque as seguintes situações:

- a) Fachada com pintura deteriorada;
- b) Pisos danificados;
- c) Inexistência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;

Quanto às medidas a serem observadas visando a prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da Covid-19, verificamos o seguinte:

- a) Ausência de distanciamento mínimo entre assentos nas salas de espera, proporcionando risco de contaminação;
- b) Inexistência de sinalização da área específica para atendimento a pacientes com síndrome gripal;
- c) Ausência de barreira física (como vidro, acrílico, etc.) entre a recepcionista da triagem do atendimento da ala da síndrome gripal e os pacientes do setor.

Anotamos, também, as seguintes ocorrências relativas ao controle e estoque dos medicamentos:

- a) A Farmacêutica técnica da Unidade reportou ausência de medicamentos, tais como antibióticos, sedativos e corticóides.

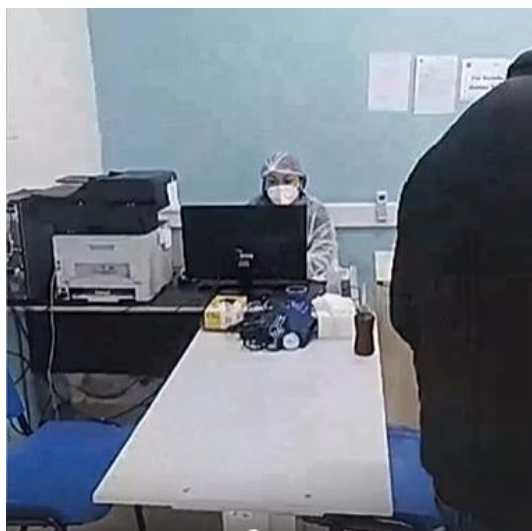
As ocorrências envolvendo as questões/tópicos retro indicados encontram-se exemplificadas no relatório fotográfico a seguir e ainda no vídeo gravado durante a Fiscalização Remota²⁷:



Ausência de distanciamento entre cadeiras –
Pronto Socorro Adulto



Ausência de distanciamento entre cadeiras –
Pronto Socorro Infantil



Ausência de barreira física – recepção da área
específica para pacientes da Covid-19



Piso danificado

²⁷ Disponível em <https://web.microsoftstream.com/video/e5945113-bd88-4cb6-9c60-8c39006b1873>.



Piso vinílico danificado



Fachada com pintura deteriorada



D.2.1.2. FISCALIZAÇÃO REMOTA DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE – VACINAÇÃO

A fiscalização objetivou apurar a efetividade dos programas relativos à Saúde, especificamente no que tange ao armazenamento e controle dos imunizantes contra a Covid-19.

Ressaltamos que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi efetivada remotamente em 07/10/2021, (**Evento 41.13**), conforme previsão da então vigente Ordem de Serviço SDG nº 2/2021, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis, com destaque para a utilização do aplicativo *Microsoft Teams*, disponibilizado por esta E. Corte de Contas.

Para tanto, na visita remota realizada, verificamos se as condições essenciais para que isso ocorresse estavam plenamente satisfeitas – tais como: as instalações, os equipamentos, o controle dos estoques e a atualização do Sistema VaciVida, dentre outros fatores.

Foram selecionadas as seguintes unidades para o acompanhamento:

Unidades Visitadas
Vigilância Epidemiológica (abrigada no edifício do Centro de Especialidades)
Ponto de Vacinação instalado no Centro Olímpico Municipal

A respeito dos equipamentos da Vigilância Epidemiológica, anotamos o quanto segue:

- Insuficiência de geradores de energia, *nobreaks*, ou outras fontes alternativas²⁸;
- Inexistência de ar condicionado na sala;
- Os equipamentos não observavam o distanciamento mínimo de 15 cm das paredes e entre si.

²⁸ Das duas câmaras refrigeradas existentes, apenas uma possui gerador próprio, com capacidade de até 48 horas.



No que tange aos controles documentais, verificamos as seguintes ocorrências:

- d) Inexistência de alvará da vigilância sanitária e de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
- e) Ausência de mapa de registro de temperatura da sala onde são armazenadas as vacinas;
- f) Preenchimento das doses aplicadas, no sistema VacíVida, encontrava-se desatualizado²⁹.

Quanto ao armazenamento e controle dos imunizantes, anotamos o seguinte:

- g) Ausência de formalização de Procedimento Operacional Padrão – POP de armazenamento dos imunizantes;
- h) Em relação ao mapa de registro de temperatura dos equipamentos de refrigeração, as verificações não estavam ocorrendo aos fins de semana;
- i) Ocorrência de descartes de vacinas por quebra de frascos;
- j) No ponto de aplicação de vacinas havia caixas térmicas apoiadas diretamente sobre o piso.

O questionário realizado por esta Fiscalização encontra-se juntado neste processo (**Evento 41.11**), assim como a cópia da gravação da Fiscalização Remota está salva no *Microsoft Teams*³⁰.

PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

E.1. IEG-M – I-AMB – Índice C

Observamos que a nota da Origem no Índice de Efetividade da Gestão Municipal – Meio Ambiente vem mantendo-se no pior indicador (C) nos últimos três exercícios.

²⁹ Na fiscalização remota, realizada em 07/10/2021, verificamos que estavam pendentes de digitação as doses aplicadas desde o dia 26/09/2021.

³⁰ <https://web.microsoftstream.com/video/e29eebd8-4b97-4a45-b594-3682969100a0>.



Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M, conforme a seguir:

- A Prefeitura informou que não dispunha de um Centro ou espaço de educação ambiental (questão nº 1.2.1 do I-AMB);
- Não existiam ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem, fato que dificulta o alcance dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos elencados no artigo 2º, da Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (questão nº 7 do I-AMB);
- A Prefeitura Municipal informou que não realizava a coleta seletiva de resíduos sólidos, contrariando o estabelecido no artigo 19, incisos XIV e XV, da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (questão nº 10 do I-AMB);
- A Prefeitura Municipal não possuía Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) elaborado e implantado, contrariando o artigo 11, da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações (questão nº 12 do I-AMB).

Com base nos dados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M, obtido através de informações prestadas pelo próprio Município e verificado através de validação das informações pela Fiscalização, constatamos desatendimentos que impactam o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável **nºs. 6.3, 6.4, 6.5, 11.6, 12.2, 12.4 e 12.5**, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, conforme abordado no item “H.1.” do presente relatório.

E.2. PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Realizamos o exame amostral da legalidade dos processos de licenciamento ambiental instaurados pela Administração Municipal, no decorrer do exercício examinado - nos termos do disposto no inciso XIV, do art. 9º, da Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2011, não sendo constatadas falhas significativas.



PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

F.1. IEG-M – I-CIDADE – Índice C+

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M, conforme a seguir:

- Não havia mecanismos para vedar novas ocupações nas áreas de riscos, contrariando o artigo 8º, inciso V, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (Questão nº 4.3 do I-Cidade);
- A Prefeitura Municipal não possuía um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde, contrariando o disposto no artigo 9º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Assunto também abordado pelo passo 5 do Programa Cidades Resilientes da ONU, programa em que o município realizou adesão (questão nº 8.0 do I-Cidade);
- Nem todo calçamento público possuía acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade, contrariando o artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012 e os artigos 46 e 53 da Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Questão nº 13 do I-Cidade);
- Nem todas as vias públicas pavimentadas estavam devidamente sinalizadas (vertical e horizontalmente) de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação, contrariando o disposto no artigo 88 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Questão nº 14 do I-Cidade).

Com base nos dados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M, obtido através de informações prestadas pelo próprio Município e verificado através de validação das informações pela Fiscalização, constatamos desatendimentos que impactam o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº. 11.7 estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, conforme abordado no item “H.1.” do presente relatório.

F.1.1. CONTRATOS E ACOMPANHAMENTOS DE EXECUÇÕES

No período foram selecionados e analisados os seguintes contratos/acompanhamentos de execução contratual:



Contratada	MCJ Ferraro Empreendimentos Ltda.	
Objeto	Execução do projeto de revitalização e reforma do Terminal Rodoviário Intermunicipal	
Fonte de Recursos	Federal e Municipal	
Relator	Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo	
Processo nº	TC-020721.989.21-8	Contrato nº 46/2021, de 07/07/2021
Conclusão da Fiscalização	Irregularidade	
Processo nº	TC-021225.989.21-9	Acompanhamento da Execução
Datas dos acompanhamentos	12/11/2021 e 03/05/2022	
Última conclusão da Fiscalização	Irregularidade	
Outras observações	Desatenção ao prazo mínimo legal para o recebimento das propostas; exigência de Atestado de Desempenho Anterior das atividades relacionadas ao objeto licitado, acompanhado de Certificado de Acervo Técnico – CAT, contrariando os termos das Súmulas de Jurisprudência nºs 23 e 24 deste Tribunal; exigência de comprovação de regularidade fiscal, sem a limitação dos tributos decorrentes do ramo de atividade da licitante; potencial impedimento à participação de empresas em processo de recuperação judicial; inabilitação de licitante em desconformidade com Súmula deste Tribunal de Contas; prejuízo à aferição de compatibilidade de preços com aqueles praticados no mercado; ausência de efeitos suspensivos a recurso interposto; recurso não provido em inobservância a orientação jurisprudencial; exigência de garantia contratual em percentual superior ao limite legal; ausência de sanitário e vestiário em alvenaria para uso dos funcionários no canteiro de obras, bem como de escritório em chapa de madeira; ausência do Livro de Ordem no canteiro de obras; ateste, pela Administração, de serviços não executados; pagamento de serviços não executados.	
Decisão	Em trâmite	
Publicação DOE	Prejudicado	
Trânsito em julgado	Prejudicado	

PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

G.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

G.1.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

Com a finalidade de verificar as informações e serviços disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Ibiúna em atendimento à Lei de Acesso à Informação, consultamos a página eletrônica, <https://www.ibiuna.sp.gov.br/>, em 01/09/2022, e, na medida de nossa amostragem, constatamos as seguintes falhas:



- A Prefeitura Municipal não dispunha de Política de Segurança da Informação formalmente instituída e de cumprimento obrigatório, o que dificulta o cumprimento do artigo 25 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (questão nº 3 do I-Gov TI);
- O Município não regulamentou em âmbito local a Lei de Acesso à Informação, contrariando o artigo 45 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (questão nº 4 do I-Gov TI);
- No sítio eletrônico da Prefeitura Municipal, nem todos os relatórios permitiam a gravação em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV), de modo a facilitar a análise das informações, contrariando o disposto no art. 8º, §3º, inciso II, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (questão nº 6.3 do I-Gov TI).

Ressaltamos a reincidência da situação em relação a exercícios anteriores (vide contas de 2020 e 2019 – TC-003218.989.20-0 – Evento 51.41 e TC-004870.989.19-1 – Evento 69.21, respectivamente).

G.1.1.1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA ESPECÍFICA RELACIONADA À PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19

A Fiscalização empreendeu acompanhamento diário das divulgações relacionadas às receitas e despesas concernentes ao enfrentamento à pandemia causada pela Covid-19.

Ao final do exercício, foi constatado o seguinte:

DESCRIÇÃO	SIM / NÃO / PREJUDICADO
Existe no portal de transparência ou no sítio da Prefeitura <i>link</i> ou atalho para o acompanhamento de despesas exclusivas para enfrentamento à pandemia de Covid-19?	Sim
Os dados com as RECEITAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informados separadamente das demais receitas do município?	Sim
As RECEITAS destinadas ao enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram contabilizadas com o código de aplicação 312, conforme Comunicado AudeSP nº 28/2020?	Sim
Os dados com as DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informados separadamente das demais despesas municipais?	Sim



As DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informadas em tempo real, conforme legislação pertinente?	Parcial ³¹
As DESPESAS destinadas ao enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram contabilizadas com o código de aplicação 312, conforme Comunicado Audesp nº 28/2020?	Sim
As DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram detalhadas com os elementos, conforme Comunicado SDG nº 18/2020?	Sim

G.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Nos trabalhos da Fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da origem e os prestados ao Sistema Audesp.

Entretanto, conforme relatado no item B.1.10. deste laudo, a Municipalidade deixou de encaminhar por meio do Sistema Audesp dados relativos à gestão de pessoal (Sistema Audesp – Fase III), dificultando a fiscalização desta E. Corte, em inobservância ao disposto no inciso III do artigo 69 das Instruções TCESP nº 1/2020.

G.3. IEG-M – I-GOV TI – Índice C

Observamos que a nota da Origem no Índice de Efetividade da Gestão Municipal – Governança de Tecnologia da Informação vem mantendo-se no pior indicador (C) nos últimos três exercícios.

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M, conforme a seguir:

- A Prefeitura Municipal não definiu as atribuições dos servidores da área de Tecnologia da Informação (questão nº 1.1.2 do I-Gov TI);
- A Prefeitura Municipal informou que não possuía um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) vigente (questão nº 2 do I-Gov TI);
- As provisões no Sistema de Precatórios não integravam automaticamente o Sistema de Contabilidade da Prefeitura Municipal. A falta de integração entre o Sistema de Contabilidade e o Sistema de Precatórios provoca erros nos registros e saldos contábeis que não refletem fidedignamente e tempestivamente

³¹ O portal da transparência esteve inacessível nos meses de janeiro e fevereiro do exercício em exame (TC-001244.989.21-6 – Eventos 16.3 e 39.7).



os saldos das requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário (questão nº 8.2.2 do I-Gov TI³²);

- A Prefeitura Municipal ainda não regulamentou o tratamento de dados pessoais segundo a LGPD - Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (questão nº 10 do I-Gov TI).

Com base nos dados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M, obtido através de informações prestadas pelo próprio Município e verificado através de validação das informações pela Fiscalização, constatamos desatendimentos que impactam o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nºs. **16.10 e 17.8**, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, conforme abordado no item “H.1.” do presente relatório.

PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAÍSES-MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS

Tendo em vista as análises realizadas, indica-se que o município poderá não atingir as seguintes metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (**Documento 42**):

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

ODS: Metas 16.6 e 16.7

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

ODS: Meta 16.6

PERSPECTIVA C: ENSINO

ODS: Metas 4.1, 4.2, 4.a e 4.c

³² Vide itens B.1.4. e B.1.5.1. deste laudo.



PERSPECTIVA D: SAÚDE

ODS: Metas 3.8. e 3.c

PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

ODS: Metas 6.3, 6.4, 6.5, 11.6, 12.2, 12.4 e 12.5

PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

ODS: Meta 11.7

PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ODS: Metas 16.10 e 17.8

H.2. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Estão referenciados ao presente processo de contas anuais, os seguintes protocolados:

1	Número:	TC-008287.989.21-4
	Interessado:	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP
	Objeto:	Processo DEPRE nº 9000166-09.2015.8.26.0500/03 - Entidade Devedora: Prefeitura Municipal de Ibiúna. Assunto: Sanções Art. 104 do ADCT. Encaminha a r. Decisão para as providências cabíveis (insuficiência de depósitos relativos ao cumprimento do Regime Especial de Precatórios em 2020)
	Procedência:	Subsidiou a análise no item B.1.5.1. deste laudo, restando configuradas irregularidades (2020)

2	Número:	TC-022677.989.21-2
	Interessado:	Ministério Público do Estado de São Paulo - MP
	Objeto:	Ofício nº 462/2021, solicitando informações acerca da existência de procedimento em trâmite para acompanhar as providências adotadas pelo Município da Estância Turística de Ibiúna para adequação das irregularidades na área de Saúde Pública apontadas na análise das contas do exercício de 2017
	Procedência:	Subsidiou a análise no item D.2. deste laudo ³³

3	Número:	TC-024170.989.21-4
	Interessado:	Paulo Kenji Sasaki, Prefeito Municipal
	Objeto:	Encaminha declarações em atendimento às exigências legais
	Procedência:	Sem ocorrências dignas de nota

³³ Destaque-se que, em relação ao questionamento ministerial relativo às Salas de Vacinação nas Unidades Básicas de Saúde de Ibiúna (TC-022677.989.21-2 – Evento 1.1 – fls. 3), durante nossa inspeção *in loco*, fomos informados do regular funcionamento de todas durante os dias úteis da semana.



4	Número:	TC-024439.989.21-1
	Interessado:	Paulo Kenji Sasaki, Prefeito Municipal
	Objeto:	Encaminha declarações em atendimento às exigências legais
	Procedência:	Sem ocorrências dignas de nota

H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

No decorrer do exercício em análise, constatamos o desatendimento à Lei Orgânica e às Instruções deste Tribunal, conforme consignado no item A.1.1. Controle Interno, deste laudo.

Anotamos, ainda, descumprimentos aos prazos dispostos nas Instruções desta E. Corte, tratados em autos próprios (TC-007641.989.21-5), nos termos da Resolução nº 06/2012, tendo por Julgador Singular o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Antonio Roque Citadini.

No que se refere às recomendações desta Corte, haja vista os dois últimos exercícios apreciados, com trânsito em julgado anterior ao exercício em apreço, verificamos que, no exercício em exame, a Prefeitura descumpriu as seguintes:

Exercício 2016	TC 004294.989.16-5	DOE 21/03/2020	Data do Trânsito em julgado 08/04/2020
Recomendações: <ul style="list-style-type: none">- Corrija os desacertos constatados nos setores de ensino, equacionando o <i>déficit</i> de vagas (vide item C.1.3. deste laudo);- Melhore o resultado dos indicadores do IEGM (vide itens A.2., B.2., C.2., D.2., E.1., F.1? e G.3. deste relatório);- Aprimore o desenvolvimento de suas peças orçamentárias (vide item A.2. deste laudo);- Providencie a edição do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (vide item E.1. deste relatório);- Restrinja os cargos comissionados aos casos de direção, chefia e assessoramento, fixando em lei atribuições e escolaridade compatível para o exercício de tais funções (vide item B.1.10. deste laudo);- Atenda às recomendações pretéritas desta e. Corte (vide apontamentos lançados neste item).			



SÍNTESE DO APURADO

ITENS	
CONTROLE INTERNO	PARCIALMENTE REGULAR
HOVE ADESAO AO PROGRAMA DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178/2021?	NÃO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício (<i>superávit</i>)	3,69%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	7,46%
O <i>SUPERÁVIT</i> DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REVERTEU O <i>DÉFICIT</i> FINANCEIRO VINDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR?	NÃO
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	DESAVORÁVEL
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	DESAVORÁVEL
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	SIM
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM ³⁴
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	PARCIALMENTE
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	PREJUDICADO ³⁵
ENCARGOS – Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	PARCIALMENTE
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	47,35% ³⁶
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o art. 21, I e III, da LRF?	SIM
ENSINO - Aplicação na Educação - art. 212 da Constituição Federal (limite mínimo de 25%)	27,46%
ENSINO - Recursos do Fundeb aplicados no exercício (limite mínimo de 90%)	100%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício subsequente?	PREJUDICADO ³⁷
ENSINO - Fundeb aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (limite mínimo de 70%)	71,36%
SAÚDE - Aplicação na Saúde (limite mínimo de 15%)	33,65%

CONCLUSÃO

Observada a instrução constante no art. 24 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a Fiscalização, em conclusão a seus trabalhos, aponta as seguintes ocorrências:

³⁴ Sem embargo no atraso de recolhimento de parte dos requisitórios (vide item B.1.5.2. deste laudo).

³⁵ O município não dispõe de Regime Próprio de Previdência Social.

³⁶ Após os ajustes da Fiscalização (vide item B.1.9.1. deste relatório).

³⁷ Não houve parcela diferida no exercício.



A.1.1. CONTROLE INTERNO: Ausência de verificação da efetividade de políticas públicas;

A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO: Apontamentos que denotam carência de condições efetivas para a adequada formulação das Políticas Públicas do Município; elaboração de peças de planejamento meramente formais e sem observância a requisitos legais (reincidência); inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2021 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;

A.2.1. FISCALIZAÇÃO ORDENADA (OUVIDORIA): Irregularidades remanescentes;

A.2.2. OBRAS PARALISADAS: Inobservância ao regramento da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; obras em estado de abandono; serviços mal executados;

A.2.3. FISCALIZAÇÃO ORDENADA (OBRAS PARALISADAS): Serviços mal executados;

B.1.1.1.3. DAS DESPESAS: Utilização de recursos vinculados da Saúde (Covid-19) para custeio de despesas do Ensino;

B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL: Registros contábeis indevidos; elevado *déficit* financeiro (reincidência);

B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO: Ausência de liquidez (reincidência);

B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO: Descontrole na contabilização de passivos (reincidência);

B.1.5.1. PRECATÓRIOS: Falhas na contabilização e acompanhamento dos precatórios devidos pela Prefeitura;

B.1.5.2. REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA: Ausência de contabilização dos requisitórios; atraso nos pagamentos;

B.1.5.3. PRECATÓRIOS A RECEBER: Falta de controle sobre os créditos a favor da Prefeitura;

B.1.6. ENCARGOS: Pendência no recolhimento do INSS; atraso no recolhimento do FGTS, acarretando no pagamento de juros e multa; encargos do FGTS referentes ao exercício de 2020 em aberto;

B.1.6.1. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS: Cumprimento parcial dos pagamentos;

B.1.6.2. DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP): Controles precários, impedindo a validação dos pagamentos (reincidência);



B.1.9.1. DESPESA DE PESSOAL: Gastos com pessoal contabilizados como serviços de terceiros (reincidência);

B.1.10. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS: Cargos em comissão desprovidos das características da espécie (reincidência); ausência de envio de dados ao Sistema Audesp (reincidência);

B.2. IEG-M – I-FISCAL: Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2021 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;

B.3.2. RENÚNCIA DE RECEITAS: Ausência de critérios objetivos na Lei para concessão de deduções fiscais;

B.3.3. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS: Atraso nos pagamentos, quebra da cronologia das exigibilidades;

C.1.3. DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE O ENSINO: *Déficit* de vagas em creches; descumprimento do piso nacional do magistério; serviço de psicologia educacional e serviço social não implementados na rede pública escolar;

C.2. IEG-M – I-EDUC: Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2021 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;

C.2.1. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M) - FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL: Apontamentos diversos que denotam potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados;

D.1.1.5. DAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES (COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS): Incompatibilidade do preço ajustado com o praticado no mercado;

D.2. IEG-M – I-SAÚDE: Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2021 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;

D.2.1.1. FISCALIZAÇÃO REMOTA DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE – HOSPITAL MUNICIPAL: Precária manutenção do próprio municipal; ausência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros; ausência de distanciamento mínimo entre assentos e de barreira física apta a proteger a recepcionista; inexistência de sinalização da área específica para atendimento a pacientes com síndrome gripal; falta de medicamentos;



D.2.1.2. FISCALIZAÇÃO REMOTA DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE – VACINAÇÃO: Deficiências no controle, armazenamento e registro das doses de imunizante contra a Covid-19;

E.1. IEG-M – I-AMB: Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2021 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;

F.1. IEG-M – I-CIDADE: Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2021 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;

G.1.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL: Ausência de legislação local sobre acesso à Informação (reincidência); insuficiente divulgação da gestão na página eletrônica do Município (reincidência);

G.1.1.1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA ESPECÍFICA RELACIONADA À PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19: Portal da transparência inacessível em parte do exercício em exame;

G.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP: Falta de encaminhamento de documentos/informações ao Sistema Audesp – Fase III;

G.3. IEG-M – I-GOV TI: Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2021 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;

H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAÍSES-MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS: Potencial não atingimento de metas;

H.2. DENÚNCIAS / REPRESENTAÇÕES / EXPEDIENTES: Expedientes indicando irregularidades;

H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: Inobservância à Lei Orgânica, às Instruções e às Recomendações desta E. Corte.



À consideração de Vossa Senhoria.

Seção UR-09.3 - Sorocaba, 09 de setembro de 2022.

Antonio da Silva Soares Neto Júnior
Agente da Fiscalização

Vinicius Antonio Jardim Galluzzi
Chefe Técnico da Fiscalização